



403  
M

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº:** 0287638-0

**Agravante:** Espólio de José Rufino Filho e Outros

**Agravado:** Banco Santander (BRASIL) S/A

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Rel. Subst:** Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

**Acórdão**

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SENTENÇA TRASITADA EM JULGADO. DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO BANCO. IRRESIGNAÇÃO. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DOS VALORES APRESENTADOS PELOS AUTORES EM MAIS DE 65 MILHÕES DE REAIS. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO CONTÁBIL. AUSÊNCIA TOTAL DE COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DE CONTA POUPANÇA. ÔNUS AUTORAL. APLICAÇÃO DO ARTIGO 333, I DO CPC. IMPROVIDO A UNANIMIDADE.**

1. Não basta que o autor alegue abstratamente a existência da conta de poupança, mas sim que junte documento que demonstre, ao menos, indício da existência da relação jurídica com o agente financeiro. Do contrário, correr-se-ia o risco de se impor ao banco ordem de impossível cumprimento;
2. A ausência de prova mínima acerca da existência da relação contratual entre as partes, não constitui óbice ao pleito exhibitório, forte no art. 355 do CPC. Entretanto, se a parte demandada alegar, por qualquer razão, a impossibilidade da exibição dos documentos postulados, o ônus da prova será do requerente, nos termos do art. 357 do CPC;
3. Art. 333 – “O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito”;
4. Nada existe com o recurso de agravo que ensejasse retratação ou reforma da decisão anterior que negou seguimento ao recurso de Agravo de Instrumento. Agravo Legal improvido à unanimidade.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo interposto pelo **Espólio de José Rufino Filho e Outros**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de maio de 2014

**Cândido J. F. Saraiva de Moraes**  
**Desembargador Relator**



**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº: 0287638-0**

**Agravante:** Espólio de José Rufino Filho e Outros

**Agravado:** Banco Santander (BRASIL) S/A

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Rel. Subst:** Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

**Relatório**

Trata-se de **recurso de Agravo** interposto pelo **Espólio de José Rufino Filho e Outros** contra decisão terminativa proferida pelo Exmo. Des. Eurico Barros C. Filho que negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento, para manter incólume o entendimento do juízo singular que considerou como válidos os documentos apresentados pela instituição bancária demandada.

Em suas razões recursais, a parte agravante, em síntese, sustenta haver justo motivo para a reforma da decisão guerreada na medida em que o eminente Relator não teria apreciado a questão fática de forma necessária ao correto desfecho do caso em tela.

Alega que já teria transcorrido o prazo para apresentação dos documentos (extratos bancários) suscitados na inicial, de forma que deveriam ser acolhidos os cálculos apresentados pelos autores.

Ao final, pugna pela reforma da decisão agravada para que seja dado provimento ao recurso de Agravo de Instrumento.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo à apreciação da Câmara.

É o relatório.

Recife, 29 de maio de 2014.

**Cândido J. F. Saraiva de Moraes**  
**Desembargador Relator**



410  
M

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº: 0287638-0**

**Agravante:** Espólio de José Rufino Filho e Outros

**Agravado:** Banco Santander (BRASIL) S/A

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Rel. Subst:** Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

**Voto**

Analizando percucientemente os fundamentos lançados pela Douta Relatoria, bem como o acervo fático probatório, passo a detalhar meu posicionamento traçando uma linha temporal dos acontecimentos, a fim de desmistificar de forma profícua a lide em apreço.

1. No caso dos autos, discute-se diferença de correção monetária resultante de expurgo inflacionário originado do Plano Bresser, onde já consta o trânsito em julgado da sentença (4 anos), e presentemente, tramita a fase executiva onde os agravantes pugnam pela apresentação de extratos bancários fundamentais para o deslinde da controvérsia.
2. Passou o agravante a apresentar os valores (R\$ 65.587.336,80 (sessenta e cinco milhões quinhentos e oitenta e sete mil trezentos e trinta e seis reais e oitenta centavos) que entende devido pelo Demandado, **sem, contudo apresentar o mínimo de documentos para realização do cálculo, apenas se limitando a lançar valores que por ventura teria direito.**
3. Intimado para apresentar os extratos das contas poupanças dos autores (fls. 117), agravou da decisão o Réu (fls. 121/191), tendo sido proferida decisão interlocutória de minha relatoria, mantendo sua obrigação neste particular, o que em seguida cumpriu às fls. 175/184 de forma não satisfatória.
4. Novamente intimado para apresentar os extratos originais (fls. 258), apresentou petitório informando a impossibilidade da apresentação dos originais, sob o argumento de que o sistema do banco é informatizado, declarando, na oportunidade, a sua autenticidade.
5. Arrimado no art. 365, V do CPC, que farão a mesma prova que os originais os extratos digitais de bancos de dados, públicos ou privados, cuja autenticidade tenha atestada pelo seu emitente, o magistrado singular acolheu os documentos apresentados encaminhando-os para o contador.

Ora, como é cediço, a prova documental ocupa lugar de realce nos sistemas processuais, em razão da complexidade da vida moderna, a exigir maior preocupação com a segurança das relações jurídicas.

Ainda que no sistema processual brasileiro inexista, propriamente, uma hierarquia de provas, velando o Código de Processo Civil pelo princípio da livre apreciação do conjunto probatório pelo magistrado, o documento, quando autêntico, ou pelo advogado declarado, é prova que goza de enorme prestígio, pela grande força de convencimento que demonstra.

No caso dos autos, entendo que não há qualquer prejuízo para o processo e para a consequente busca pela correta resolução do litígio, a aceitação pelo magistrado de extratos bancários essenciais ao deslinde do feito, bem como não vislumbro a ocorrência de preclusão do direito do demandado, já que o mesmo colacionou a prova requisitada e justificou os termos em que ela foi apresentada.

Outrossim, muito embora argumente o autor que os documentos apresentados se tratam, na verdade, de crédito imobiliário, tenho que não poderia a instituição financeira produzir documento que registra não existir.

Inclusive, deveria o autor ao ajuizar o seu pleito, **apresentar no mínimo, a existência do ato ou fato por ele descrito na vestibular** como ensejador de seu direito, ou seja, deveria ter comprovado, pelo menos a titularidade da suposta conta poupança, no período vindicado.

Assim, não tendo o agravante trazido aos autos, qualquer prova quanto à contratação de conta poupança junto ao banco demandado na época dos referidos planos econômicos, não há, também, como prosperar seu argumento quanto à inversão do ônus da prova.

Poderia até ser o caso, desde que o agravante comprovasse, como já dito, ser o mesmo titular de alguma conta poupança perante a instituição bancária agravada.

A jurisprudência corrobora tal entendimento, in verbis:

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO NEGANDO SEGUIMENTO DE PLANO AO RECURSO - EXEGESE DO ART. 557, DO C.P.C - COBRANÇA REFERENTE AOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA DOS PLANOS "BRESSER" E "VERÃO" - **DOCUMENTAÇÃO - PROVA MÍNIMA - AUSÊNCIA TOTAL DE COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DE CONTA POUPANÇA - ÔNUS AUTURAL - APLICAÇÃO ARTIGO 333, I, DO CPC** - RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ATACADA - RECUSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.557C.P.C333ICPC. (2614157 PE 0001789-69.2012.8.17.0000, Relator: José Carlos Patriota Malta, Data de Julgamento: 01/03/2012, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 49, undefined).

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO QUE DETERMINOU A APRESENTAÇÃO DE EXTRATOS PELO BANCO. AUTOR QUE APENAS ALEGOU E NÃO COMPROVOU A EXISTÊNCIA DE QUALQUER CONTA. INFORMAÇÃO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DA INEXISTÊNCIA DE CONTAS EM NOME DOS AGRAVADOS. DECISÃO DE IMPOSSÍVEL CUMPRIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.** (8551811 PR 855181-1 (Acórdão), Relator: Marco Antonio Antoniassi, Data de Julgamento: 25/07/2012, 14ª Câmara Cível, undefined).

**APELAÇÃO CÍVEL 2 - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PLANO VERAO - JANEIRO DE 1989 - PRESCRIÇÃO - PRELIMINAR REJEITADA - DIREITO ADQUIRIDO - IPC - ÍNDICE APLICÁVEL NO MÊS DE JAN/89 - PROVA DE VÍNCULO JURÍDICO - ÔNUS DO CORRENTISTA - NAO COMPROVAÇÃO - ART. 333 DO CPC - VERBAS DE SUCUMBÊNCIA - REDISTRIBUIÇÃO.** 1. (...) 2. (...). 3. Não basta que o autor alegue abstratamente a existência da conta de poupança, mas sim que junte documento que demonstre, ao menos, indício da existência da relação jurídica com o agente financeiro. Do contrário, correr-se-ia o risco de se impor ao banco ordem de impossível cumprimento. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 15ª C.Cível - AC 595853-8 - Santa Izabel do Ivaí - Rel.: Fábio Haick Dalla Vecchia - Unânime - J. 02.09.2009).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO

DE TITULARIDADE DA CONTA POUPANÇA À ÉPOCA DA VIGÊNCIA DE TAIS PLANOS. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR. ART. 330, I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU IRRETOCÁVEL. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ E DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETAS DE POUPANÇA. PLANOS ECONÔMICOS. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS DE MOVIMENTAÇÃO DAS CADERNETAS DE POUPANÇA. POSSIBILIDADE. A ausência de prova mínima acerca da existência da relação contratual entre as partes, não constitui óbice ao pleito exhibitório, forte no art. 355 do CPC. Entretanto, se a parte demandada alegar, por qualquer razão, a impossibilidade da exibição dos documentos postulados, o ônus da prova será do requerente, forte no art. 357 do CPC. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. Processo Civil. Apelação Cível. Ação de Cobrança. Planos econômicos Bresser e Verão. Expurgos inflacionários. Conta poupança. Titularidade à época da vigência de tais planos. Comprovação. Ausência. Ônus da prova. Autor. Recurso conhecido, mas improvido. 330 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 355 CPC 357 CPC 1. Desatenção, no caso, da norma insculpida no art. 333, do Código de Processo Civil vigente, na parte que estabelece que cabe ao autor produzir prova do fato constitutivo de seu direito. 333 Código de Processo Civil 2. No caso, cabia ao apelante comprovar a titularidade da conta bancária nas datas de junho de 1987 (Plano Bresser) e janeiro de 1989 (Plano Verão), o que, inclusive, dispensaria a exibição dos extratos à época da propositura da ação, que poderiam ser apresentados quando de eventual liquidação da sentença. 3. No entanto, os documentos colacionados à exordial às fls. 08, noticiam a existência de três depósitos em conta poupança datados de 1º de dezembro de 1989, e 12 de janeiro e 22 de junho de 1990, posteriores à vigência dos planos econômicos em co (109326 RN 2011.010932-6, Relator: Des. Vivaldo Pinheiro, Data de Julgamento: 04/10/2011, 3ª Câmara Cível, undefined).

Isto posto, inexistindo fato novo para realizar o Juízo de retratação na decisão vergastada, mantenho a decisão recorrida em todos os seus fundamentos, pelo que voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014

  
Cândido J. F. Saraiva de Moraes  
Desembargador Relator